

Typos valachos

A ROUMANIA OU MOLDO-VALACHIA

A Roumania, que comprehende hoje os antigos principados da Moldavia e da Valachia, defronta pelo norte e pelo oeste com a Austria, a léste com a Russia e com a Turquia, e ao sul com este ultimo paiz. Corresponde, pouco mais ou menos, ao territorio occupado por essa antiga Dacia, que não poucas vezes fez experimentar ás armas, quasi sempre victoriosas, do imperio romano dolorosos revezes, primeiro que elle conseguisse estender o seu dominio até ás margens do Danubio.

Encravados entre povos da raça slava e da raça mongolica, os habitantes da Roumania tem conservado, com mais pureza do que outros descendentes da raça latina, os costumes, as tradições e a lingua que herdaram das colonias romanas.

Nem a visinhança de nações de raças differentes, nem a oppressão e o dominio a que por muito tempo viveram sujeitos, tem sido capazes de apagar os signaes caracteristicos de parentesco que ha entre os actuaes habitadores das duas vertentes dos montes Karpatos e os antigos dominadores do mundo.

É certo que os habitantes da Roumania apresentam na physionomia e no caracter claros vestigios da sua longa escravidão. D'elles dizia um illustrado viajante que visitou este paiz em 1860: «As crianças não sabem rir; os adolescentes são esquivos; os mancebos dominados por uma tristeza natural, que lhes torna aborrecidos os prazeres mais apreciados em todos os paizes; os homens de edade madura parecem resignados e indifferentes no soffrimento; e os velhos tem a apparencia de entes que a si proprios sobrevivessem.»

Não pesam debalde sobre um povo quasi vinte seculos de oppressão!

Mas se é innegavel que a dominação grega, russa e turca enervou n'este povo os sentimentos e instinctos mais naturaes do homem, não é menos verdade que, a despeito de tudo, elle tem conservado, bem pouco alterados, a lingua, as tradições e os costumes dos romanos.

Desde que as cohortes de Trajano entraram vencedoras na capital dos dacios, e que o dominio de Roma teve por um dos seus limites a corrente do Danubio, a civilisação romana, do mesmo modo que em todas as partes onde chegaram as aguias do imperio, lançou tão profundas raizes no solo em que se implantára, que foram impotentes para anniquilal-a os esforços não interrompidos da oppressão e dominio estrangeiro.

Um estudo, mesmo pouco profundo, da lingua que hoje se falla na Roumania, basta para dar o convencimento de que n'ella predomina notavelmente o elemento romano. Póde-se dizer, e n'este ponto não fazemos mais do que repetir as palavras de um illustre philologo contemporaneo, que os habitantes dos principados danubianos fallam ainda hoje latim. Embora este latim esteja alterado e transformado, e á superficie d'elle se reflictam, em ondulações multiplas, moveis e fugitivas, a claridade asiatica e a graça slava, não destroem ellas nem a virilidade romana, nem sequer os vestigios da velha vida scytica.

A mesma conformidade com a antiga Dacia romana se revela em muitos usos e costumes da Roumania actual.

O mavioso cantor das *Georgicas* não encontraria ainda hoje em alguns logares d'este paiz differença nas fórmas dos arados e em alguns processos agricolas que tão poeticamente nos descreveu.

O echo das montanhas, que repetiu outr'ora os sentidos lamentos do desterrado Ovidio, reproduz hoje as canções que acompanham essas danças guerreiras, tão similhantes ás dos antigos sacerdotes de Marte.

A poesia popular inspira-se menos dos sonhos phantasiosos da musa oriental, ou dos accentos melodiosos e aéreos da musa slava, do que das tradições da musa do Lacio.

N'uma palavra, os vestigios da civilisação romana estão por toda a parte indelevelmente gravados na moderna Dacia.

Livre ha annos apenas da oppressiva sujeição que lhe tolhia o desenvolvimento, a Roumania caminha agora desassombrada na estrada do progresso. As palavras do viajante que ha pouco citámos vão-se tornando cada vez menos applicaveis aos seus habitantes. Com a liberdade volveu a vida; e com ambas a avidez de acompanhar nos seus progressos as nações mais civilisadas.

Todos sabem que foi a occupação dos principados que deu começo á guerra da Criméa. Não é para aqui fazer a historia d'essa campanha memoravel. Bastanos saber que o tratado de paz e amizade, celebrado a 30 de março de 1856 entre a França, a Austria, a Gran-Bretanha, a Prussia, a Russia, a Sardenha e a Turquia, confirmado e ampliado depois pelo tratado de 19 de agosto de 1858, definiram claramente a situação politica dos principados danubianos, e, embora conservando a suzerania da Turquia, asseguraram-lhes uma administração independente e nacional, assim como a plena liberdade de cultos, de legislação, de commercio e de navegação.

A adherencia da Turquia á opinião da conferencia de Paris, em 1859, reconhecendo Cousa como principe da Moldavia e da Valachia, muito concorreu para a reunião d'estes dois principados em uma só nacionalidade.

Depois dos acontecimentos que terminaram pela abdicação d'este principe, em 1866, a livre eleição do actual principe reinante, Carlos I, da familia de Hohenzollern-Sigmaringen, consolidou de todo essa nacionalidade, e tornou, pela adopção de leis baseadas nos principios mais acceitos pela eschola liberal, facil e mais promptamente realisavel a transformação politica e economica por que está passando a Roumania.

Dada esta breve idéa da formação da nacionalidade moldo-valacha, cumpre agora conhecer o estado de civilisação d'este povo, tão digno de conciliar a sympathia d'aquelles que se interessam pelo progresso da humanidade.

D'elle dizia ultimamente o illustre escriptor francez Philarete Chasles: «Estes oito milhões de almas interessam-me; amo os fracos, amo os que sabem resistir e não succumbem, amo os que soffrem e que, embora tidos em pequena conta, mantém a sua dignidade. A reserva das civilisações está n'estes pequenos mas nobres grupos; são elles que regeneram o mundo.»

(Continúa) T. DE C.

FRUCTOS DE VARIO SABOR

III

AS ROSEIRAS DO AMOR

(Vid. pag. 173)

IX

MILAGRES DE AMOR

Da terra tinham visto passar o brigue; e, como acontece muitas vezes serem os navios que por alli andam a providencia dos pobres pescadores que se acham no mar largo, toda a população correu á praia.

Faltavam desde a vespera os chefes de sete familias, e o pranto corria á farta no momento em que a embarcação virou de bordo, poz de capa, e a lanchasinha de Balthazar e Sebastião se separou d'elle, velejando com o panno á bolina para as praias da Aradinha e de Carreiro.

Todos quantos andavam pelo extenso areial caíram de joelhos, com as mãos erguidas, cada um no logar em que se achava, ao verem o barquinho a tamanha distancia de terra. Tornando-se, porém, demorada a lucta estabelecida entre o mar e os pescadores, foram-se os habitantes erguendo pouco a pouco, e, para verem melhor, subiram aos penedos mais elevados, acenando com os lenços aos tripulantes, como para lhes incutir animo.

O padre Manuel, sabendo, á missa das almas, que a catraia não tinha voltado, tambem viera para a praia logo depois de jantar, e por alli andava tão afflicto como os outros.

O bom velho adorava o seu rebanho; não era d'esses padres ávidos, como infelizmente ha tantos, que, em lhe cheirando a defuncto rico, ficam contentissimos, e enterram com prazer o seu melhor amigo, com tanto que se lhes pague bem o enterro.

Quando morria alguem na aldeia, era elle o primeiro a chorar.

Toda a gente o amava como pae; ninguem o temia, porque, mesmo no tribunal da penitencia, era mais um amigo que dava bons conselhos, do que um juiz impondo penas.

Por isso tambem nunca até alli, em sua vida de setenta annos, tivera um desgosto causado pelos seus freguezes.

Em Avelomar, apesar de ser immensa a população, não havia senão mulheres casadas virtuosissimas, e donzellas virgens de alma e de corpo. O excellente homem sustentava a moralidade e a pureza dos costumes com uma sabedoria admiravel. Apenas via começado um galanteio entre um rapaz e uma rapariga, dirigia-se a cada um d'elles por sua vez, examinava-

lhes as consciencias e a sinceridade das intenções, e, reconhecendo que tinham verdadeira inclinação um pelo outro, tratava logo de cortar as difficuldades que os separassem e casava-os.

Meio simples, como a alma do auctor, mas que, apesar d'isso, fez durante quarenta annos reinar a paz, a harmonia e a virtude na terra onde nasceu quem escreve esta historia, tambem simples e singela.

Amava o padre o seu rebanho, e fazia por elle milagres de amor, que lhe eram retribuidos. Recebia, sem nunca pedir, o que lhe davam os mais ricos, e repartia-o com os mais necessitados. Na sua casa, administrada por uma sua irmã, havia sempre fartura, sem elle saber como, e attribuia ao favor de Deus — no que se não enganava — os favores occultos dos seus amigos.

Tinha dois unicos defeitos: gostava de comer e beber bem, mas nunca ninguem o viu bebedo; e era caçador.

Este segundo vicio parecia-lhe um peccado terrivel; mas, não tendo animo para se vencer inteiramente, não era elle quem matava a caça. A fim de conservar as mãos immaculadas de todo o sangue innocente, tinha feito com a consciencia o contrato de que caçaria sem espingarda ou qualquer outra arma mortifera, levando sómente os seus cães. Se estes apanhassem a caça e a matassem, o crime era d'elles. Esta engenhosa combinação parecia-lhe diminuir a sua responsabilidade; e, fiado n'isso, arranjava sempre uns taes cães a que não escapava coelho nem lebre!

Quando o padre Manuel chegou ao areial, havia já minutos que a lancha se tinha afastado do brigue inglez. Maria beijou-lhe a mão e encaminhou-se com elle para a borda do mar. O velho ia calado e a pequena chorava. A mãe d'esta seguia-os a dois passos, com o olhar fito na misera barquinha.

Foi n'esse funesto instante que Balthazar mudou o rumo e uma vaga fez sossobrar a catraia.

Um grito horrivel retiniu por todas as praias e nos cimos de todos os rochedos onde estava parte da população.

A mulher de Sebastião Palmeiro caiu fulminada como se a tivesse ferido um raio.

Maria foi a unica pessoa que ajoelhou e orou.

Tão instantaneo e geral foi o golpe que todos sentiram á vista da desapparição do barco, que ficaram como extaticos. Nem mesmo o cura se lembrou de rezar!

Passaram-se assim alguns minutos; — ninguem ousava afastar a vista do sitio onde tinha desapparecido o batel. Todos os olhos estavam como pregados n'aquelle ponto, e nada mais viam fóra d'essa linha recta.

O padre sentiu cançar os seus primeiro, porque era velho, e baixou-os para chorar. Ao mesmo tempo deparou com o corpo da pobre Anna e correu para ella.

— Agua! Soccorro! Acudam! Deitem-lhe agua na cabeça.

Maria precipitou-se para uma poça; mas, quando se levantava com as mãos cheias de agua, tornou-a a deixar cair e córou vivamente, deixando-se ficar immovel.

O padre, que a esperava ancioso, vendo-a estacar, seguiu-lhe a direcção do olhar e gritou immediatamente com todas as forças:

— Animo! animo, valente nadador!

Olharam todos.

Um homem aproximava-se da terra, nadando com incrivel valentia sob as mais temerosas ondas.

— É Pedro! é meu filho!... Acudam-lhe pelo amor de Deus!

Era elle, com effeito; mas ainda ninguem o tinha conhecido senão a amante e a mãe — as que tem olhos que não se enganam.

A mãe ajoelhou sem reparar que estava dentro de agua, e que a resaca podia arrebatal-a comsigo. Foi preciso afastal-a á força.

Maria não se movêra d'onde estava, tambem com os pés n'agua. Entretanto o nadador avançava. Não havia meio algum para se lhe acudir, porque a rebentação e o rôlo do mar nas immediações da terra eram enormes, e esmigalhariam infallivelmente qualquer embarcação que se atrevesse a affrontal-os.

Quizeram deitar-lhe um corticeiro, e arrastavam-n'o apressadamente, mas o mancebo acenou-lhes com a mão, como dando a entender que não precisava; e, sem esperar ao menos que passasse um grande vagalhão, que podia matal-o se o envolvesse, deixou-se vir sobre elle, e, quando o viu proximo a formar o rôlo, mergulhou e foi surdir aos pés de Maria.

A donzella lançou-lhe os braços ao pescoço; e o rapaz, tomando-a quasi ao collo com o ardor com que a abraçava, afastou-se da borda do mar como se não acabasse de andar meia hora a nadar contra as ondas embravecidas.

Ao vêl-o subir a ladeira do areial, levando a sua amante como se fosse uma criança de poucos mezes, com o fato a escorrer agua, o passo firme e o olhar brilhante, dir-se-hia que vinha de dar um banho á donzella, e não de percorrer perto de duas milhas de agua. Os seus musculos de ferro não denunciavam o menor cançaço!

Apenas chegou á praia, todos o rodearam chorando em altos gritos:

— E os outros? os outros? perguntaram de todos os lados e ao mesmo tempo as familias dos que faltavam.

Pedro como que acordou de um sonho. Poisou Maria brandamente na areia e olhou para o mar. Depois percorreu com a vista a multidão, como se procurasse alguem, e murmurou:

— Os outros?!

Tornou a voltar-se para o Oceano, que continuava a bramir enfurecido, e arrasaram-se-lhe os olhos de lagrimas:

— Meu pae, meu pobre pae! E o meu padrinho?!

A mãe, que chorava de alegria e de dor, perguntou-lhe, cortando as phrases com os soluços do pranto:

— E tu como escapaste? Como podeste vencer tamanha distancia?

— Foi Maria quem me salvou.

— Maria?!

— Sim. Quando o batel se arrasou de agua, pareceu-me ter a terra muito perto, e vi a minha noiva á beira do mar chamando por mim. Não sei nada mais; nadei com força, e aqui estou. Se não tivesse visto a cachopa, morria tambem.

— Podias lá vêl-a de tão longe! exclamou o padre cura. Só por milagre!

— Pois foi milagre, respondeu o moço; um milagre de amor.

(Continúa) F. Gomes de Amorim.

ÁCERCA DO PULPITO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA

São poucos os que entre nós trabalham na descoberta dos mysterios archeologicos. É certo que a rudeza e aridez de similhantes lides não convidam as pessoas estudiosas a pôrem assim á prova a sua paciencia e perseverança. Cremos, todavia, que ainda existe outra causa mais forte que as afasta de taes lides. Essa causa é, certamente, por um lado o pouco apreço que em Portugal se dá a este genero de estudos; e por outro lado a falta de elementos para trabalhos conscienciosos.

Houve tempo, ha pouco mais de tres seculos, em que as antiguidades romanas do nosso paiz attrahiram a attenção e deram assumpto ás lucubrações de alguns dos nossos homens de letras mais notaveis d'aquella epocha. As suas diligencias em colligir e decifrar um grande numero de inscripções romanas, que então se achavam espalhadas por diversas terras do reino, padrões que, pela maior parte, tem desapparecido, lançaram bastante luz e forneceram importantes documentos para o periodo mais interessante da historia do nosso paiz, anteriormente á fundação da monarchia.

Esse impulso dado por André de Rezende, Estaço e outros escriptores, foi levando pelo tempo adiante mais alguns litteratos a proseguirem no mesmo empenho. Mas quando, no primeiro quartel do seculo XVIII, el-rei D. João V creou a academia real de historia portugueza, traçou-se maior base, e intentou-se estabelecer certa regularidade para o estudo e investigação das antiguidades patrias.

Não se desempenhou cabalmente a academia da grandiosa missão que lhe foi commettida. Mas, não obstante essa falta, nos trabalhos que emprehendeu, e nos livros que publicou, fez relevantes serviços ao paiz. Um d'esses serviços, resultado não só das suas publicações, mas tambem das investigações archeologicas a que mandou proceder em muitas e diversas terras do reino, foi avivar, dar vulto e fazer apreciar entre nós o estudo das antiguidades patrias.

É verdade que o estudo archeologico a que se entregavam com maior predilecção n'essa epocha era o das antiguidades romanas; ou fosse por amor da sua propria importancia, ou por vaidade, em razão da nobreza que d'ahi provém á nossa terra, ou, em fim, por moda, pois que esta tambem estende a sua influencia sobre a litteratura, como sobre as artes, os habitos e costumes. Entretanto, embora aquella predilecção prejudicasse as investigações archeologicas dos tempos posteriores á dominação romana, deu resultados mui apreciaveis, e maiores os daria se não cançassem em meio do caminho.

Arrefeceu, pois, aquelle ardor pouco a pouco, e, se não se extinguiu de todo, ficou limitado a um numero de escriptores muito restricto, que foram apparecendo de tempos a tempos, e que, satisfazendo o seu gosto, davam á luz o fructo do seu trabalho, concernente, na maior parte dos casos, á historia e antiguidades de alguma povoação ou de algum edificio.

Porém, tanto n'estes escriptos como nas obras dos que os precederam sobre o mesmo genero de litteratura, encontra-se, geralmente fallando, uma lacuna muito sensivel. Consiste esta na pouca noticia, e na maior parte dos casos na falta absoluta de noticias relativas á historia e critica da arte nos seus diversos ramos. O desleixo dos nossos escriptores antigos em archivar as datas de certas fundações e reedificações, salva uma ou outra excepção; o seu descuido em fazer commemoração das obras de arte mais notaveis feitas no seu tempo, e dos nomes dos artistas que as executaram; isto junto ás transformações operadas em os nossos monumentos pelos terremotos e pela ignorancia dos reedificadores, tem produzido uma tal escuridão nos assumptos de arte, que os que se aventuram a entrar n'esse labyrintho as mais das vezes não vêem luz que os esclareça, nem encontram fio que lhes possa guiar os passos.

Em as nossas velhas chronicas apparecem, lançadas ao acaso, aqui e alli, algumas noticias d'essas cuja escassez deplorâmos. Mas é raro que sejam claras e positivas, ou que não se contradigam umas ás outras.

Em França, e n'outros paizes que hoje nos levam dianteira no caminho da civilisação, acham os amadores da arte e das antiguidades abundantissimos elementos para assumpto dos seus estudos, para guia fiel das suas pesquizas e para base solida das suas apreciações.

Os escriptores antigos d'esses paizes foram mais diligentes que os nossos em colligir aquelles elementos; e os escriptores modernos, dispondo, coordenando e apurando esses materiaes no crisol da boa critica, já se apressaram em dotar os seus respectivos paizes com a historia monumental e artistica dos mesmos. Além das facilidades referidas, sabem que podem contar com o auxilio do governo em tudo que depender dos poderes publicos para o bom exito da empreza, e com a protecção e generoso acolhimento de quantos prezam as letras.

Entre nós... não faremos a comparação; não queremos pôr em relevo esse reverso da medalha, que tão desfavoravel nos é; bastará dizer que tudo nos falta, e que os que intentam ver claro no passado da arte portugueza e dos nossos monumentos historicos tropeçam com mil difficuldades, e acham-se envolvidos a cada passo em enigmas que mal sabem decifrar, em verdadeiros mysterios onde tentam em vão penetrar.

Em taes circunstancias são de incontestavel utilidade os jornaes da indole d'este semanario. N'estes repositorios de variada litteratura acham as pessoas estudiosas, estranhas á redacção dos mesmos, porta franca e logar apropriado para darem conta dos seus estudos, deixando aqui consignado algum descobrimento archeologico, o qual, sem este meio de publicação, ficaria, provavelmente, esquecido e meio occulto no gabinete do seu auctor, e, por conseguinte, ignorado de quasi toda a gente.

Quanto aos redactores e collaboradores, esses, obrigados pelo cargo que tomaram, e pela propria natureza do jornal, a um continuo estudo, principalmente do que respeita ao seu respectivo paiz, alli vão depositando o fructo de suas investigações, com as quaes pouco a pouco se levanta o véo de sobre os mysterios historicos e archeologicos.

Por meio d'esta tarefa, e com o poderoso auxilio das gravuras, consegue-se, sem dúvida, mediante tambem a acção do tempo, crear e fazer desenvolver o gosto por tal genero de estudos nos paizes onde menos conhecidos são.

Passando agora das generalidades para a especialidade em que nos achâmos, diremos que em os nossos trabalhos para o *Archivo* sempre nos considerámos como um escholar que vae aprendendo á custa das suas vigilias, que procura emendar ámanhã um erro em que na vespera caíu, e que, não estimando as suas opiniões senão pelo que presume que ellas valem, sujeita-as ás modificações e reformas que o curso natural dos seus estudos lhes prescreve.

Nos volumes do *Archivo Pittoresco* encontram-se numerosos exemplos que attestam a constancia d'este nosso proceder. O ultimo, e bem recente, achal-o-hão os nossos leitores a pag. 158, onde refutámos a opinião que emittiramos em um volume anterior ácerca do nome do artista que esculpiu o primoroso pulpito da egreja de Santa Cruz de Coimbra.

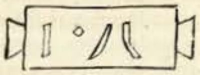
A carta que em seguida transcrevemos chama-nos de novo para este assumpto. Poucas considerações poderemos accrescentar a essa interessante carta, que um mui consciencioso e intelligente collaborador d'este jornal fez favor de nos dirigir, mas n'esse pouco que dissermos é mister abonarmo-nos com o que acima expendemos.

«Coimbra, 16 de agosto de 1868.

«O artigo por v. publicado no penultimo numero do *Archivo Pittoresco* ácerca do pulpito de Santa Cruz veiu proporcionar-me ensejo para recomeçar a nossa correspondencia, ha tanto tempo interrompida.

«As considerações que v. faz a respeito de se ignorar quem fôra o esculptor d'aquella mimosa peça moveram-me a ir examinal-a miudamente, a fim de ver se por acaso lhe poderia descobrir alguma firma que resolvesse o problema. Fui, e effectivamente alguma coisa achei, mas, ainda assim, estou longe de decifrar o enigma, e só poderei fazer algumas conjecturas.

«Por cima de um dos nichos divisei uns caracteres, de que v. poderá formar idéa pelo fac-simile que em seguida apresento:

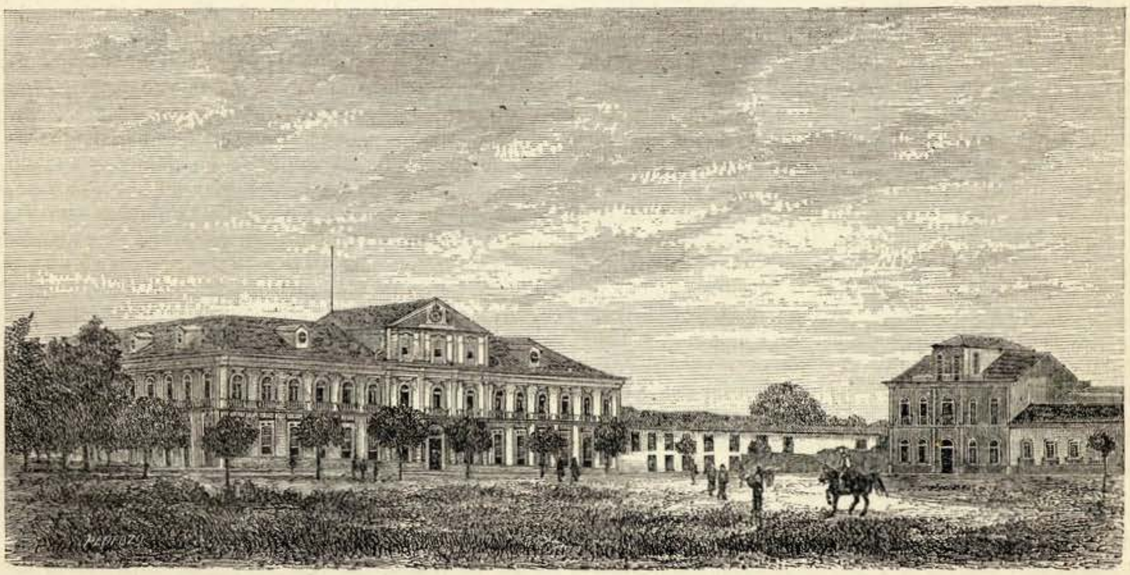


«Será, porventura, isto a assignatura do insigne artista que executou esta primorosa esculptura? A primeira letra é com certeza um I. Será a segunda um R? Se é, podem muito bem ser as iniciaes de João de Ruão, que trabalhou na reedificação do mosteiro em tempo del-rei D. Manuel, segundo se lê na *Chronica dos conegos regrantes.*

«Não sei se v. terá conhecimento de alguma obra que conste com certeza ser d'este artista. Tendo-o, talvez se possam esclarecer todas as dúvidas, vendo se n'ella existem as mesmas letras, e confrontando o estilo de um com o de outro trabalho.—De v. etc.—*Augusto Mendes Simões de Castro.*»

É muito importante o descobrimento de que trata a carta supra, e se, porventura, não resolve o problema de modo explicito, cremos que offerece a chave com que, cedo ou tarde, com mais ou menos trabalho, se alcançará fazer patente aquelle segredo.

Tambem nos parece que as duas letras são I. R. Em tal caso, quadrando estas iniciaes ao nome de João de Ruão, que ha certeza de ter sido um dos esculptores mandados vir de França por el-rei D. Manuel para as obras da reedificação do templo de Santa Cruz de Coimbra, entendemos que se deve admittir, como muito provavel, a opinião de que fosse aquelle artista o auctor d'aquelle celebrado pulpito.



Palacio do governo, na cidade de Nossa Senhora de Belem, do Pará

Todavia, para admittirmos esta opinião, precisâmos de a pôr de accordo com as considerações que expendemos a pag. 158. Mas não se julgue que esse accordo é necessario ao nosso amor proprio. Nenhum temos quando se trata de chegar ao conhecimento da verdade. Os exemplos a que acima nos referimos provam sobejamente a exactidão d'estas nossas asserções. O que nos faz preciso o accordo é a convicção de que a descoberta d'aquellas iniciaes não destroe nem tira força ás considerações alludidas, com que demonstrámos que o pulpito de Santa Cruz de Coimbra não é obra das mesmas mãos que delinearam e esculpiram o portico da frontaria d'esta egreja, e os dois tumulos reaes que se erguem na capella-mór.

Portanto, as duas letras podem muito bem ser as iniciaes de João de Ruão, e acceitâmol-as como taes, em quanto não apparecer documento authentico que lhes dê diversa interpretação; mas havemos de admittir a bem fundada supposição de que esse artista não se empregou em mais obra alguma do mencionado templo e mosteiro, pelas razões que já apresentâmos.

Antes do descobrimento das duas iniciaes, pareciamos mais provavel que o auctor do pulpito fosse artista italiano, por ser a Italia o paiz onde primeiro se introduziu o estilo do renascimento tal qual se vê no dito pulpito, e porque em nenhuma outra parte se construiram tantos monumentos segundo esse estilo. É certo, porém, que alguns se edificaram em França, onde teve bastante voga a architectura da renascença, no periodo em que mais ornamentada se ostentava. A casa de campo que el-rei Francisco I, nascido em 1494, mandou construir nos Campos Elysios, denominada *casa doirada (maison dorée)*, e que foi demolida em tempos que ainda não vão muito longe, mas da qual restam mui exactas gravuras, apresentava o mesmo estilo que se observa no pulpito de Santa Cruz de Coimbra.

Dissemos que esta peça era a mais perfeita obra de esculptura em pedra que conhecemos em o nosso paiz. Não sabemos que exista outra que por sua perfeição se possa attribuir ao mesmo artista, ou que a tradição lh'a attribua.

O sr. Simões de Castro fez, por conseguinte, um bom serviço á historia das artes em o nosso paiz. Agradecemos-lhe sinceramente ter-se prestado, com as suas zelosas investigações, a coadjuvar-nos na ardua tarefa em que temos andado empenhados.

I. DE VILHENA BARBOSA.

BRASIL

PALACIO DO GOVERNO, NA CIDADE DE SANTA MARIA DE BELEM, DO GRÃ-PARÁ

O palacio do governo e a cathedral são os melhores edificios da capital da rica provincia do Grã-Pará. Foi construido o primeiro em 1767, por ordem del-rei D. José I, sendo ministro da marinha e ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e governador do Pará Fernando da Costa de Athaide Teive, que lançou a pedra fundamental com toda a solemnidade.

Duraram as obras alguns annos, não só em razão de ser o edificio grande e bem ornamentado, como tambem por ser diminuta a verba que annualmente era consignada para as despezas de construcção.

Foi feito para servir de residencia aos capitães generaes da provincia, e de séde da secretaria do governo e de outras repartições publicas. Depois da independencia do Brasil tem habitado n'elle os presidentes da provincia, e ahi se acham accommodadas a junta de fazenda, a contadoria e outras repartições.

Está bem situado este palacio, deitando a sua frente principal para uma espaçosa praça. Esta frontaria compõe-se de tres corpos. Os dois lateraes tem dois pavimentos, e cada um d'estes conta seis janellas, que no andar nobre são de saccada. O corpo central resalta um pouco para fóra dos lateraes, e tem mais um andar. No pavimento terreo fica o portal da entrada entre duas janellas estreitas. No pavimento nobre abrem-se tres grandes janellas de saccada entre quatro columnas. O terceiro andar tem o mesmo numero de janellas, mas de peitoril; é tambem decorado com quatro columnas, e remata em um frontão, cujo tympano era adornado primitivamente com as armas reaes portuguezas, e ao presente com o brazão d'armas do imperio brasileiro. Esta fachada apresenta uma architectura não sómente regular e de boas proporções, mas tambem esbelta e magestosa.

As fachadas lateraes constam de dois pavimentos, terreo e nobre, cada um com seis janellas eguaes ás dos corpos lateraes da frente principal. A frontaria opposta a esta cae sobre o jardim pertencente ao mesmo palacio.

O portal dá ingresso para um vestibulo muito amplo, com o qual se communicam os dois lados do pavimento terreo, que é todo occupado pelas referidas repartições publicas.

O andar nobre encerra onze salas, oito quartos, e um vasto salão de entrada, onde termina a escada, que é bem lançada e de construcção elegante.

O terceiro pavimento não contém mais que uma sala, mas muito grande, pois que este andar corre por todo o fundo do edificio, tendo tres janellas na frente principal do palacio, e na fachada opposta uma comprida varanda, descoberta nas extremidades e coberta no centro, d'onde descem para o jardim dois lanços de escadaria.

I. DE VILHENA BARBOSA.

D. CATHARINA DE BRAGANÇA

(Vid. pag. 166)

Somos chegados ao ultimo noivo destinado para a nossa princeza. É Carlos II, rei da Gran-Bretanha, com o qual casou.

Tambem se não sabe ao certo d'onde se originou este enlace.

Uns dizem que fr. Domingos do Rosario o predispoz n'uma das viagens a França, quando Carlos alli estava expatriado, depois da morte do rei seu pae, no cadafalso, por sentença tumultuaria do parlamento.

Outros querem que fosse Schomberg, quando esteve em Londres tratando de embarcar com as suas tropas para Portugal.

Alguns pretendem que D. Francisco de Mello, depois conde da Ponte e marquez de Sande, nosso embaixador na Inglaterra, o solicitára logo depois da acclamação do monarcha britannico, o que este mesmo declara em uma das suas cartas.

Luiz XIV refere nas suas *Memorias* que empregára todos os meios para persuadir Carlos II a casar com a infanta de Portugal, dando elle dois milhões para que el-rei de Inglaterra auxiliasse Portugal contra Castella (não obstante ter casado com a filha de Filippe IV!); e que mandára a Londres um agente do ministro do seu erario, o celebre Fouquet, com cartas de credito até á quantia de 500:000 livras [1] para offerecer ao chanceller-mór de Inglaterra, o conde de Clarendon, como pessoa que tinha mais poder com o rei. E isto confirma o mesmo chanceller nas *Memorias* que escreveu, e das quaes extractaremos alguns factos curiosos.

E, finalmente, o nosso collega, o sr. José de Torres, na biographia do secretario de estado Antonio de Sousa de Macedo, que escreveu no vol V, pag. 364, d'este semanario, affirma que fôra aquelle nosso doutissimo diplomata *o primeiro a lembrar e aconselhar* o casamento de D. Catharina com o rei de Inglaterra.

Esta opinião é a mais provavel, porque, sendo Antonio de Sousa nosso residente em Londres quando Cromwell promovia o julgamento e morte de Carlos I, pugnou tanto a favor d'este infeliz monarcha, que seu filho, Carlos II, tanto que subiu ao throno, remunerou os serviços do nosso ministro feitos a seu pae com o titulo de barão de Molingaria para todos os seus successores (os condes de Mesquitella), dizendo-se na carta régia d'esta mercê, que Antonio de Sousa de Macedo defendêra a dignidade real de Carlos I, até com imminente risco da sua vida.

Além d'isto, Macedo gozava de grande credito na corte de Londres, e ainda mais entre os sabios, pelas publicações que deu ao prelo n'aquella capital, onde se conservou alguns annos depois de acabar a sua missão diplomatica. Ha d'elle uma carta em latim, escripta a Carlos II, felicitando-o pela sua restituição ao throno de Inglaterra. Tem a data de 18 de julho de 1660, quando já a nossa infanta tinha perdido o casamento de Luiz XIV, pelo tratado dos Pyrenéos, e se pensava então em lhe dar outro consorte. Por esta carta se vê que Sousa de Macedo se correspondia com aquelle rei, que elle conhecêra ainda principe de Galles, que era amigo das letras, e foi depois instituidor da sociedade real de Londres. Com taes relações, bem podia ser Antonio de Sousa o motor d'este casamento, que se effectuou contra a expectação de toda a Europa, que não ousava crer que o maior soberano protestante recebesse por mulher uma princeza catholica.

Tudo isto, porém, são conjecturas, porque de auctor coevo, o conde da Ericeira, só consta que D. Francisco de Mello, nosso embaixador em Londres, tanto que foi acclamado Carlos II, lhe apresentou um memorial, de que deu cópia aos ministros, allegando os serviços que a coroa de Portugal havia feito a Carlos I e a elle, seu filho, soccorrendo-o com subsidios na emigração; e que, faltando-lhe portos onde se recolhesse a sua armada, commandada pelo principe Roberto, el-rei D. João IV, desprezando todos os discursos politicos, o recebêra no porto de Lisboa, e o não quizera entregar a Cromwell, tendo de combater a esquadra ingleza e ficar em guerra com a Gran-Bretanha, quando as armas de Castella na Europa, e as de Hollanda na Asia e na America, ameaçavam os reinos e senhorios de Portugal, concluindo por allegar que o novo soberano, como agradecido e como politico, estava obrigado a fazer alliança com a nação portugueza. Os

[1] Oitenta contos de réis.

mercadores inglezes (mais de duzentos) que tinham trato com Portugal, a pedido do nosso embaixador, assignaram uma petição ao novo rei, para que defendesse os portuguezes, cujo commercio era o mais util da sua monarchia.

Ao mesmo tempo, D. Francisco de Mello alcançou audiencia particular do rei Carlos, que o recebeu com tanto agrado, que elle se animou a *principiar* o tratado do casamento da infanta D. Catharina, ajudado da intelligencia do padre Ricardo Russell, depois bispo eleito de Portalegre e esmoler da nova rainha de Inglaterra [1].

Assim que o embaixador de Hespanha em Londres, o barão de Butavilla, soube d'esta proposta, avisou o seu soberano, que tratou logo de se queixar a Carlos II por haver admittido a pratica d'este consorcio, offerecendo-lhe para esposa a irmã do duque de Parma; depois a filha do rei de Dinamarca; e tambem a imperatriz viuva; e por ultimo a princeza de Orange; qualquer d'ellas com um consideravel dote á custa da Hespanha. Mas tudo isto contraminou com summa destreza o nosso embaixador, e o padre Russell, que dando-lhe Carlos II noticia d'estas proposições, lhe respondeu: «que não se admirava de que os castelhanos, para prejudicarem o intento de Portugal, offerecessem dotar princezas hereges, porque o mesmo fariam ás turcas»; dito que o rei tanto celebrára, que logo depois dera ao padre uma carta para a rainha de Portugal (diz o conde da Ericeira), em que lhe participava ter já declarado aos do seu conselho a resolução de receber por esposa a infanta D. Catharina de Portugal.

Onde, porém, achâmos referida a historia dos preliminares d'este casamento, é nas *Memorias* do conde de Clarendon, chanceller-mór de Carlos II.

Faremos d'ellas um resumido extracto, porque ainda nenhum dos nossos historiadores se deu a este trabalho.

Depois de referir que o embaixador portuguez Francisco de Mello obtivera a renovação do tratado de alliança que fizera com a republica, diz lord Clarendon, fallando sempre em terceira pessoa:

«Pouco tempo depois, se entabolou uma negociação da mais alta importancia, cujo resultado foi o casamento do rei. Posto que este enlace fosse então muito do agrado de toda a nação ingleza, veiu a causar o desterro do chanceller, a quem se attribuiu. Exporei alguns factos para que o publico saiba que o chanceller não foi o primeiro que aconselhou este casamento. E que o fôra, não se envergonhára de o haver feito.

«N'um dia á tarde veiu o rei a casa do chanceller, e, estando a sós com elle, lhe disse que desejava consultal-o sobre o seu casamento. E referiu-lhe que o seu camareiro-mór, conde de Manchester, lhe contára, que indo o embaixador de Portugal visital-o, lhe dissera que, quando sua magestade tratasse de se casar, havia em Portugal uma princeza, que por sua belleza, indole e edade muito lhe convinha, e que teria um dote correspondente ao seu nascimento e jerarchia; que, todavia, era catholica, e não mudava de religião; porém que era de todo isenta das escrupulices que tornam as pessoas d'esta crença incommodas n'um paiz onde se professa outra. Que ella tinha sido educada por sua mãe, regente do reino, senhora de muita discrição, que lhe tinha inspirado a boa doutrina de não se ingerir nos negocios que lhe não competiam; e por isso só trataria de observar a sua religião, sem se lhe importar com a dos outros. O embaixador concluiu por lhe dizer que estava auctorisado a fazer esta proposta ao rei, e a informal-o das condições do casamento, e julgava que nenhum outro principe as offereceria mais vantajosas.

«Ao que o camareiro-mór replicou, que uma rainha protestante seria a todos os respeitos a maior ventura para a Gran-Bretanha; mas que, não a havendo, uma princeza educada em tão boas maximas seria a melhor das catholicas: que Portugal fazia um grande commercio em Inglaterra, e que o de Inglaterra com Portugal *era o mais lucrativo* de quantos fazia com as outras nações.

«O rei disse ao chanceller, que elle apenas respondêra ao camareiro-mór que pensaria; mas que n'esse mesmo dia o embaixador de Portugal o fôra visitar, e, sem mais preambulos, entrára em conversação sobre este assumpto, e lhe repetira tudo o que lhe havia dito o camareiro-mór, ajuntando que estava auctorisado a offerecer a sua magestade quinhentas mil libras esterlinas como dote da infanta; e mais a cessão perpetua á corôa de Inglaterra da cidade de Tanger, praça forte, cuja importancia e situação muito concorreria para a segurança e prosperidade do commercio de Inglaterra. Que tambem offerecia á nação ingleza a liberdade do commercio no Brasil e nas Indias orientaes, que os portuguezes tinham sempre recusado a todas as nações. E para caução d'este privilegio, entregavam perpetuamente á corôa de Inglaterra a *ilha* de Bombaim com todas as suas fortalezas.

«O rei contou isto ao chanceller como coisa que muito lhe agradava, e que podia ser de grande proveito para o reino. E accrescentou que desejava que o embaixador portuguez podesse conferir com elle (chanceller), e lhe perguntou qual era a sua opinião. Este respondeu-lhe que não podia dar parecer já, por ser a primeira vez que em tal ouvia fallar. Que depois de se avistar com o embaixador, então daria o seu dictame a sua magestade, a quem sómente perguntou se estava deliberado a não receber esposa protestante. O rei disse-lhe que não a podia escolher senão entre as suas vassallas, mas que não tinha visto nenhuma que lhe agradasse.

«O embaixador de Portugal veiu fallar ao chanceller, e lhe repetiu o que havia dito ao rei. Este procurou novamente o chanceller, o qual lhe ponderou que o negocio era de tanta gravidade, que elle não ousava dar o seu voto; e que nem sua magestade se devia determinar pela opinião de um só individuo; e pediu-lhe que consultasse quatro ou cinco pessoas das que elle julgasse mais competentes para tão importante deliberação. O monarcha acceitou este conselho, e ordenou ao lord do thesouro, ao marquez de Ormond, ao lord camareiro-mór e ao secretario de estado Nicholas que se reunissem em casa do chanceller-mór, onde elle Carlos II estaria para lhes propor o negocio.

«N'esta conferencia se expoz a importancia da cessão de Tanger, com a posse da qual, disse o almirante conde de Sandwich, a Inglaterra dictaria a lei ao commercio do Mediterraneo. Depois de prolongada discussão, tendo alguns dos lords manifestado o desejo de que a rainha fosse protestante, um d'elles nomeou a princeza de Orange, ao que sua magestade de subito respondeu — que tinha motivos incontestaveis para não acceitar similhante enlace. Então todos os lords foram unanimes em approvar o casamento do rei com a infanta de Portugal; e sua magestade os encarregou de entrarem em negociações com o embaixador de Portugal, conservando o mesmo segredo que até alli se tinha guardado.»

Nas conferencias que se seguiram, o nosso embaixador propunha que a Inglaterra declarasse guerra á Hespanha; mas o rei disse positivamente que não tomava tal empenho, por não estar em circunstancias de a poder sustentar; mas que se a Hespanha, por motivo do seu casamento e dos soccorros que elle prestava a Portugal, a declarasse, elle faria aos hespanhoes todo o mal que podesse. Em conclusão, sua magestade deu as seguranças necessarias para o cumprimento das

[1] *Port. Rest.*, tomo II, liv. 5.

promessas que fazia, e entregou ao embaixador as instrucções e cartas que devia apresentar á rainha regente de Portugal e á infanta D. Catharina, com as quaes Francisco de Mello partiu logo para Lisboa.

Na ausencia d'este embaixador, o ministro de Hespanha tentou outra vez dissuadir Carlos II de esposar a nossa infanta; e, não o conseguindo, subornou um dos rufiões do rei, o conde de Bristol, cujo caracter foi bem descripto por Bussi-Rabutin nas suas *Memorias*, para que afastasse o soberano do seu intento, o que esteve a ponto de conseguir, dizendo-lhe que D. Catharina era feia e disforme; que não podia ter filhos; e, em fim, que Portugal não estava em estado de pagar o dote que promettêra.

Aqui nota o chanceller, que ou fosse porque o rei começasse a ter menos desejos de se casar, para não perder a liberdade (podia dizer a libertinagem) em que vivia, ou lhe fizesse impressão o dito de que a infanta era esteril, sua magestade desde então deixou de fallar no casamento, e até lhe chegou a confessar que estava arrependido de ter deixado partir o embaixador com a promessa, e quando elle voltasse a illudiria — intenção que o chanceller reprovou, com razões dignas de consummado estadista que era.

Entretanto regressou a Londres, para conduzir a infanta, o conde da Ponte, já marquez de Sande, mercê que a rainha D. Luiza lhe fizera em premio de haver negociado o casamento.

O marquez foi tão sêccamente recebido pelo rei, que, sendo (diz Clarendon) naturalmente hypochondriaco, ficou estuporido, não se atrevendo a entregar as credenciaes, com receio de expor sua augusta ama ao desar de ser recusada.

Occorreu, porém, um incidente, que provavelmente determinou o rei a cumprir a sua palavra.

Tinha morrido o cardeal Mazarino, e um dos tres ministros que nomeou Luiz XIV foi o celebre Fouquet para presidente do erario. Este enviou Labastide a Londres com uma carta para o chanceller, em que lhe dizia que o rei de França se magoára muito de saber que havia obstaculos para a confirmação dos ajustes feitos com a rainha regente de Portugal; que para os remover, se a Inglaterra não podia desembolsar as sommas necessarias para enviar a Portugal os soccorros promettidos, a França daria logo a sua magestade britannica trezentas mil pistolas [1] para as despezas da expedição do estio, e que para o futuro concorreria proporcionalmente ao que se dispendesse. E por ultimo dizia da parte de Luiz XIV que el-rei Carlos não podia fazer melhor casamento que o da infanta de Portugal.

O chanceller assegurou a Labastide que informaria sua magestade do conteudo das propostas del-rei christianissimo, e que no dia seguinte lhe daria a resposta.

Succedeu ir o rei a casa do chanceller perto da hora em que o agente francez devia lá voltar. E tomando conhecimento do negocio, consentiu em esperar que Labastide chegasse para lhe fallar. Sua magestade recebeu-o com muito agrado, dizendo-lhe que conhecia mr. Fouquet de Paris, quando alli estivera emigrado; que lhe agradecia as offertas da sua carta; e que, animado pelas instancias del-rei de França, firmaria a alliança contratada com a casa de Bragança, mas sem declarar guerra á Hespanha.

Labastide, mui satisfeito com esta resposta do rei, pediu ao chanceller permissão para voltar no dia seguinte com a cifra que mr. Fouquet lhe mandava para o chanceller se corresponder com elle em segredo, e na lingua ingleza.

«Quando Labastide veiu com a cifra (diz Clarendon) começou a fallar-me de um modo muito confuso sobre o grande credito e generosidade de mr. Fouquet, da grande alçada das suas funcções, que lhe permittia saccar do thesouro publico sommas avultadas, sem dar contas nem ao rei, o qual bem sabia que sem esta faculdade lhe não poderia prestar os serviços secretos de summa importancia que d'elle exigia. Que mr. Fouquet sabia que o chanceller se via embaraçado para sustentar casa e baixella correspondentes á dignidade do cargo a que fôra elevado; que, além d'isso, devia ter muitos inimigos, e que, se não grangeasse adhesões pela sua generosidade e munificencia, necessariamente havia de succumbir. Pelo que se lembrára de lhe fazer um presente. E assim dizendo, apresentou ao chanceller uma letra de dez mil libras esterlinas, pagaveis á vista.»

Clarendon, que tinha ouvido Labastide com a maior indignação, respondeu-lhe com impeto «que se aquella correspondencia o expunha a taes affrontas, recusava-a; e dissesse a mr. Fouquet que elle rejeitava as offertas de seu augusto amo»; com o que o despediu.

De tarde, o rei e seu irmão, o duque de York, vieram a casa do chanceller, que acharam de muito mau humor, e que logo lhes disse que Fouquet não podia ser homem de bem; que não queria relações com elle; e referiu-lhes ainda encolerisado o que se tinha passado com Labastide. Ao que ambos se pozeram a rir, dizendo «que era assim que se tratavam os negocios em França». O chanceller declarou então que nunca seguiria tão infame pratica; ao que o rei tornou, sorrindo-se, que não havia muitos politicos tão escrupulosos; e depois de tranquillisar o chanceller, pediu-lhe que respondesse com civilidade á carta de Fouquet, e continuasse a correspondencia, porque lhe podia ser util.

Clarendon respondeu logo a mr. Fouquet; e na semana seguinte Luiz XIV escreveu de sua propria mão ao chanceller, dizendo-lhe que podia communicar com o seu embaixador em Londres o negocio dos soccorros á Gran-Bretanha para assistir a Portugal; o que até alli era segredo só confiado ao seu ministro Fouquet. E tão agradado ficou do procedimento do estadista britannico o grande Luiz XIV, que até ao fim da vida de Clarendon, já desterrado de Inglaterra, se correspondeu com elle.

(Continúa) A. DA SILVA TULLIO.

[1] Uns mil e trezentos contos de réis.

É proprio de animos altivos tomar titulos e appellidos arrogantes, que são uns como pennachos, cujos canhões estão arraigados na vaidade do seu cerebro.

El-rei Sapor se assignava participe das estrellas, irmão do sol e da lua.

Um rei de Bisnagá tinha por sobrenome o esposo da boa ventura, Deus das provincias grandes, mestre e doutor dos que não sabem fallar, estremecimento das oito partes do mundo.

Outro sultão turco se intitulou por carta sua: Salmandro omnipotente, prefeito do inferno e dominador da figueira sêcca. Cleopatra se chamava rainha das rainhas. Cayo Caligula, imperador romano, pae dos exercitos e filho dos arraiaes. Clearco Pontico, tyranno dos heracleotas, poz a seu filho por nome Ceramion, que quer dizer raio. Um rei dos arabes, no tempo de Veremundo, rei de Hespanha, tomou por nome Alhagio, que quer dizer sobrancelha, pelo fasto e soberania que esta palavra significa. A este modo, pois, se prezava tambem Atila do appellido de flagello de Deus.

P. MANUEL BERNARDES.

Os navios são uns animaes inanimados que contém em si todos os cinco generos da vida sensitiva. Andam sem pés como serpentes, vôam com azas como aves, governam-se pela cauda como peixes, trazem o freio nas ancoras e as redeas nas escotas como cavallos, e os seus movimentos certos dependem do ceo como homens.

P. ANTONIO VIEIRA.